

O memorialista interessado – a construção da imagem do Império na Primeira República*

Angela Alonso**

32º Encontro Anual da Anpocs

GT 30 - Pensamento Social no Brasil

Nos anos 1880, Nabuco foi o rei dos salões aristocráticos e o príncipe das mobilizações de rua. Brilhando nos jornais e nos palanques, estava talhado para um posto de comando no 3º. Reinado. Mas o destino venturoso não se cumpriu. Depois do ápice, a Abolição, esses companheiros lhe negaram seu chapéu de chefe; eram quase todos republicanos e foram fazer a República. O golpe de 1889 tirou de Nabuco a carreira e o futuro. Recolheu-se em Paquetá, deserdado da vida social cortesã, expelido do jogo político. Casmurro, como o personagem que seu amigo Machado de Assis logo poria em cena, pôs-se a escrever sobre seu destino pessoal, a sociedade monárquica e aristocrática em que se formara e a republicana que surgia¹.

Estava acompanhado de outros aristocratas sem corte, que construíam então imagens da sociedade monárquica e da republicana e contrastes entre os dois regimes. Era um grupo ensaduichado entre os aderentes, ex-súditos de D. Pedro II que encararam a dominação republicana como a nova ordem natural das coisas, e os aguerridos, que pegaram em armas para defender a sociedade e o regime que soçobravam.

Esses monarquistas de pena povoaram a primeira década republicana com escritos de ocasião, ensaios, romances e relatos historiográficos e autobiográficos. Textos aprisionados entre a velha sociedade, que não podia ser restaurada, e a nova, que teimavam em não aceitar.

Nabuco é emblemático dessa reação monárquica à República. Contudo, esse sentido de seus textos dos anos 1890 fica meio obscurecido pela qualidade de sua escrita. O ensaísmo de Nabuco – como a literatura de Machado de Assis – soa ainda arguto e saboroso para os leitores do século XXI, seja por considerações abrangentes sobre o funcionamento da sociedade e da política que sobreviveram ao tempo, seja em virtude da composição e do estilo. Sem negar esse valor transcendente das obras de Nabuco, já reconhecido por vários analistas (Nogueira, 1984; Carvalho, 1998; Salles, 2002; Araújo, 2003), vou argumentar aqui que o significado primeiro desses textos

* Uma versão preliminar desse paper foi apresentada sob o título *A década monarquista de Joaquim Nabuco*, no seminário Nabuco e a República, USP/Yale, em 29 de agosto de 2008. Agradeço os comentários dos participantes, sobretudo a Maria Alice Rezende de Carvalho.

** Professora de Sociologia da Universidade de São Paulo e pesquisadora do Cebrap

¹ Para uma descrição mais demorada da trajetória de Nabuco nesse período, veja-se Alonso, 2007, de que esse paper muito se vale.

emana do contexto em que foram escritos e que a intenção de Nabuco ao escrevê-los era de intervir no debate político. *Intervenção Estrangeira*, *Balmaceda* e *Um Estadista do Império* são tão políticos e tão empenhados quanto *O Abolicionismo*, apenas com sentido invertido. Se nos anos 1880, escrevia a contestação do status quo imperial, da ótica de um reformista, na década de 1890 seu combate de monarquista derrotado é à ordem republicana.

Por meio de uma leitura intencionalista e contextual desses textos, procurarei mostrar que os textos de Nabuco nos anos 1890 são esforços de construção de imagens do Império e da República em termos de pares antitéticos, erigindo uma hierarquia de males da Primeira República e assinalando o legado positivo do regime deposto. Nabuco transitava da luta política entre reformistas e refratários, de que tomara parte tão vigorosa nos anos 1880, para a luta simbólica entre monarquistas e republicanos, que estruturaria o debate público brasileiro dos anos 1890.

1. Monarquistas e Republicanos

Durante a crise do Império, o panfleto de propaganda, com propostas de reformas, dominava o debate. Então, o dissenso entre monarquistas e republicanos já corria solto, mas guardava a camaradagem dos anos de propaganda abolicionista, que unira todos os reformistas. Essa unanimidade negativa na contestação ao Império se desfez com o golpe republicano. A cordialidade cedeu terreno ao radicalismo.

Para entender as novas clivagens do debate é preciso levar em conta dois novos contextos, um político, outro social. O político, mais palpável, mais nevrálgico, diz respeito à instauração do novo regime e seus problemas iniciais. A formação do Governo Provisório, as primeiras medidas sancionadas, o formato e o funcionamento Constituinte, o Encilhamento, o golpe de Deodoro e o contragolpe de Floriano avolumaram as brigas e criaram novas clivagens, transformando profundamente a natureza das relações dos republicanos dentre si e com seus renitentes adversários monarquistas. O contexto social, menos lembrado, e de visibilidade mais difícil, é o de luta entre os estratos sociais dominantes na monarquia e os estratos ascendentes com o novo regime.

Vou argumentar aqui que é à luz dessa dupla conjuntura que a produção intelectual do período ganha sentido. A primeira década republicana foi povoada de balanços do passado: biografias, autobiografias, livros de história e de memória, aparentemente desinteressados da conjuntura. Mas eles contêm análises do presente republicano. É um ensaísmo interessado, tão eivado de política quanto nos tempos do Império. As clivagens é que mudaram. Se no Segundo Reinado havia uma coalizão de reformistas, em maioria abolicionistas e republicanos, contra os partidos imperiais (Alonso, 2002), nos primeiros anos do novo regime, o debate ganhou nova estruturação: republicanos legitimando o novo status quo e monarquistas defendendo a ordem antiga. Significando isso tanto uma forma de governo como um modelo de sociedade.

A chave de leitura varia conforme a posição dos autores.

Os republicanos liam o Império em negativo enquanto valoravam as “conquistas” da República. Antes do novo regime completar seu primeiro aniversário, já estavam na rua várias formas de proselitismo em seu favor, multiplicados nos anos seguintes, como elogios aos ministros (*Alocução em Homenagem ao Dr. Rui Barbosa*, de Zeferino Rangel, de 1890) e biografias de ativistas republicanos (*O Perfil Biográfico do Dr. Bernardino de Campos*, 1890, por Garcia Redondo; *A Morte de Silva Jardim, ou O Vesúvio em Erupção*, 1891, de Virgílio Cardoso, e *Benjamin Constant, esboço de uma apreciação sintética da vida e da obra do Fundador da República Brasileira*, de Teixeira Mendes, 1891).

A construção dos símbolos republicanos, como José Murilo de Carvalho (1990) já demonstrou, demandou muita tinta, derramada em torno de nova bandeira, novo hino, novos heróis – por exemplo, de *A Voz de Tiradentes*, um drama de Damasceno Vieira, de 1890, e o *Hino da Proclamação da República*, do logo florianista Leopoldo Medeiros e Albuquerque. Os republicanos se preocuparam também com a formação do cidadão adequado ao novo regime, a ser feita não só pelo processo educacional clássico como por meio da educação moral e cívica. Em 1890 saiu muita coisa nessa direção, como os livros de Sílvio Romero (*Ensino Cívico história do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis*); e de José Veríssimo (*Educação Nacional*). A igreja positivista soltou vários opúsculos sobre tudo isso, inclusive sobre a ortografia condizente com os novos tempos².

A literatura participava em arroubos de civismo (*Contos Verdes e Amarelos*, de 1890, de Luís de Andrade); caricaturas da elite imperial (a comédia de Josefina Alvarez de Azevedo, *o Imperador e República*, 1890); elogios da sociedade republicana (como no *Álbum da República*, de Valentim Magalhães, em 1890) e mapeamento do espólio da escravidão, da imigração e da pobreza urbana, que Aluísio de Azevedo tão bem descreveu em *O Cortiço*, também de 1890.

Havia ainda análises da conjuntura política (como as *Notas Políticas*, de Valentim Magalhães, 1891) e da econômica (caso das *Finanças e Política da República*, de Rui Barbosa, 1891) e discussões sobre a arquitetura institucional do novo regime (*Análise da Constituição do Império*, 1890, de Sá e Benevides; e, no ano seguinte, *Ciência Política*, de Alberto Sales, e *Fragmentos Jurídicos-Filosóficos*, de Martins Júnior e, em 1894, a *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*).

Tudo isso obra republicana.

Do lado monarquista, os políticos fiéis ao regime deposto primeiro se aturdiram, mas, viram logo, a distinção intestina que sempre os dividira perdera sentido. Os que não aderiram nem imigraram, mesmo quando tivessem sido antes inimigos viscerais, acabaram, pela força das coisas, por se aproximar. No novo regime, Liberais, como Rodolfo Dantas, André Rebouças e Joaquim

² Como se pode ver por esse título de 1890: *A política positiva i o regulamento das Escolas do Ezercito*, de Teixeira Mendes

Nabuco, e Conservadores, como Afonso Taunay, Rio Branco e Eduardo Prado, cantavam num único coro monarquista. Essa nova identidade coletiva deu a cara das publicações reativas à República. A crítica monarquista se concentrou em duas tópicas: a forma da mudança (o golpe militar) e a arquitetura política do novo regime, de um lado, e os valores e o estilo de vida da sociedade republicana, de outro.

Quem abriu o ataque ao militarismo foi Eduardo Prado, que já em 1889, escreveu contra a República na *Revista de Portugal*³ e, em começos de 1890, saiu-se com *Fastos da Ditadura Militar*. Na mesma hora, Cristiano Ottoni dava a versão monarquista de *O Advento da República no Brasil*. E, no ano seguinte, o Visconde de Ouro Preto tratou, mais explicitamente, do *Advento da Ditadura Militar no Brasil*.

Nabuco, nessa hora, exprimiu suas opiniões sobre o novo status quo na forma de manifestos.

Em *Respostas às Mensagens do Recife e de Nazaré*, de março de 1890, agradecimento aos eleitores pernambucanos que lhe pediram que se candidatasse nas primeiras eleições republicanas, Nabuco criticou os monarquistas adesistas e fez arrazoado acerca da mudança de regime. Enunciava as tópicas que repetiria doravante: a República teria resultado da “luta dos elementos heterogêneos que entraram na revolução: o ideal americano, o espírito militar, e o ressentimento” (Nabuco, 1890: 64).

Estão aí os vieses do dissenso de Nabuco em relação à República. Numa frente, está o repertório de idéias que funcionava como sua fonte de justificação. Nabuco atacava a inspiração americana dos Liberais Republicanos, como seu ex-chefe Quintino Bocaiúva, e dos Federalistas Republicanos, ex-aliados seus de campanha federalista, como Campos Sales. Dela adviriam dois males para o Brasil. O mal do momento era o caudilhismo, que Nabuco reputava endêmico na América Latina e donde brotariam o despotismo, o militarismo e o estado de sítio. O Brasil pudera evitá-los enquanto mantivera a monarquia - opção de preço baixo, já que a “única desvantagem” desse regime seria a hereditariedade do comando do governo (Nabuco, 1890: 56; 58-9;60). O mal futuro seria o desdobramento natural das vendetas sem o arbítrio do poder moderador: o separatismo (Nabuco,1901: 54-5).

A segunda matriz de legitimação da República era o positivismo, mobilizada por outro grupo de ex-companheiros de Nabuco, os positivistas abolicionistas, como Aníbal Falcão, Teixeira Mendes, Silva Jardim. Espelhavam-se na França de 1789 para propor símbolos republicanos e buscavam heróis nas rebeliões coloniais e regenciais (Carvalho, 1990:75ss). Abismado diante dessa capacidade de soterrar a história do Segundo Reinado, Nabuco ironizou:

³ Destinos Políticos do Brasil”; “Os acontecimentos do Brasil”; “Práticas e Teorias da Ditadura no Brasil”, que saíram, respectivamente nos volumes I e III da Revista de Portugal. Porto. Ed. Lugan & Genelioux, vol 1, 1889.

“Não resolvi a questão da república, para norma de minha vida política, pensando no martírio de Tiradentes, no centenário de 1789, na juventude rio-grandense de Garibaldi, na unidade exterior da América, ou na Humanidade de Augusto Comte.” (Nabuco, 1890: 58-9)⁴.

Essas tópicas de oposição de Nabuco à República remetem à conjuntura política. Outro viés de discórdia guarda relação com a base social do regime novo e com a própria experiência social vivida por Nabuco e pelos grupos destronados com a monarquia. Nabuco relacionava o golpe com a mudança de lado dos proprietários de terra. Retomava, aí, a pegada de *O Abolicionismo*, e seu argumento em artigos para *O País*, em 1888⁵: o fim da mercadoria básica do sistema, o escravo, teria desestruturado o modo de vida nele assentado:

“Em tais épocas, em que o sistema da propriedade se transforma, as fortunas mudam de mãos e desaparecem umas classes para surgirem outras, parece que ficam paralisadas a consciência, a energia e a vontade coletivas, e que nada liga ninguém a nada ou a ninguém.” (Nabuco, 1890:66).

Perdidos esses monarquistas de lastro, o regime não sobreviveria só com seus apoiadores de corte. A decadência da sociedade aristocrática brasileira, alicerçada sobre a economia escravista, teria desestruturado a coalizão política que sustentava o regime, abrindo a oportunidade da República.

Nesse seu primeiro manifesto monarquista, Nabuco desfia as tópicas que bordarão todos os seus textos da década de 1890. Ao apontá-las, se comporta como ator, não como analista distanciado. Embora não tenha optado por lançar candidatura, militou ativamente escrevendo contra a República.

Seguiu assim no 7 de setembro de 1890, em carta aberta a Fernando Mendes, diretor do *Diário do Comércio*. Repetia a defesa do regime deposto e o apontamento dos vícios do novo, numa comparação mais sistemática entre a República e Monarquia, sob título sem ambigüidade: *Por que continuo a ser Monarquista*.

Tal qual no manifesto anterior, atacava o repertório republicano. A ascendência dos positivistas na definição dos novos símbolos nacionais e, sobretudo, na condução de numerosos órgãos da administração federal (Nachman, 1977), incomodava os monarquistas. Para rebater esse gênero de política científica, Nabuco recorreu a outra: “Não posso prestar melhor serviço do que tornando-me tradutor de Spencer na República de Comte” (Nabuco, 1890b:15). Valendo-se de longos trechos do lord inglês, Nabuco simultaneamente achacava a fonte francesa, positivista da República, e desconstruía o exemplo máximo dos liberais republicanos e dos federalistas científicos de São Paulo: Os Estados Unidos⁶. O americanismo enfileiraria o Brasil não com a América do Norte, mas

⁴ E completava: “Comparando as duas revoluções, a social e a política, e as duas cenas em torno daquele palácio, a 13 de Maio e a 15 de Novembro, o futuro dirá qual foi o nosso verdadeiro 89 (...).” (Nabuco, 1890: 65).

⁵ Nesses artigos, dissera que a reação do escravismo era o principal insumo do republicanismo. Afirmção muito contestada por republicanos fervorosos que foram seus correligionários de campanha abolicionista e que levou à sua saída do jornal.

⁶ A república – e não a monarquia – é que seria planta exótica no Brasil “(...) se uma estrutura política for fabricada, em vez de a deixarem crescer, ela imediatamente começará a crescer para ser coisa diferente do que se queria.” (Nabuco, 1890b: 16).

com a América Espanhola, rumo à ditadura militar. “*Temos visto longas encarcerações sem processo, deportações e banimentos por crime de influência política (...). Por último vai-se proceder as eleições em estado de sítio (...).*” (Nabuco, 1890b:7). Nabuco voltava ao leit motif da elite imperial, por exemplo do Visconde de Uruguay: a comparação do Império com as monarquias europeias e a equiparação da república brasileira com suas congêneres abaixo do Equador: “*A República, nos países latinos americanos, é um governo no qual é essencial desistir da liberdade para obter a ordem.*” (Nabuco,1890b:14).

Reaparecia também a tese da decadência da sociedade fundiária, que produzira “*profunda deterioração dos esteios em que ela [a monarquia] se apoiava*” (Nabuco,1890b:13). A Abolição roubara seus últimos apoiadores: desertada pelos senhores de escravos: “*(...) monarquia brasileira que não era militar, nem clerical, nem aristocrática, e por isso foi derribada pelo exército, depois da revolta do escravismo, entre a indiferença da igreja.*” (Nabuco,1890b:22-3), e mesmo pela corte - “*Nem a posse dos mais altos cargos, nem o uso dos títulos, nem a convivência do paço, queria dizer convicção monárquica.*” (Nabuco, 1890b:4). Assim Nabuco tirava da República o mérito de seu próprio estabelecimento. A causa da mudança de regime seriam as dificuldades do Império de transitar de um substrato social, o trabalho escravo, a outro⁷.

Ia também à comparação entre os dois regimes, tarefa a que monarquistas e republicanos se dedicavam diuturnamente nesse princípio dos anos 1890. Nabuco exploraria ad nauseum duas “vantagens” da monarquia. Primeiro, a qualidade da elite política: “*a República (...) vemo-la reduzida a homens e a fatos que podem todos ser comparados aos da monarquia com vantagem para casa.*” (Nabuco,1890b:6). Argumento que se dilatava para dar conta de toda a substituição de elites sociais em compasso com o golpe. Segundo, o design das instituições políticas. A República, no Brasil como em toda a América do Sul, seria endemicamente instável, dada a ausência de instrumento de mediação das facções em luta. O poder moderador, tão criticado pelos liberais durante o Império como óbice à organização dos partidos e falsificador das eleições - Nabuco (1886) incluído - ressurgia como pedra de toque do sistema representativo - tal qual o apresentavam os Conservadores. O elemento monárquico teria sido substituído pelo militar como árbitro e condutor da política partidária na Primeira República: “*Substituíram o Imperador pelo Imperator (...). Deodoro pelo simples fato de suceder no Imperador ele se achou como os mesmos poderes, sem as normas, está visto*” (Nabuco,1890b:10).

Nabuco repetia essas críticas em tom acre, ruminando as razões da queda da monarquia e retomando argumentos que legitimaram as instituições políticas do Segundo Reinado. Donde seu bordão doravante: “*Não idealizo a monarquia que tínhamos; digo somente que ela era, ao contrário das*

⁷ Mas, paradoxalmente, Nabuco atribuía sobre peso à liderança de Deodoro no sucesso do golpe: “*(...) a Vitória de 15 de Novembro foi sua personalíssima e que bastava estar ele do lado do Imperador para a monarquia ainda estar de pé (...).*” (Nabuco,1890b:11).

repúblicas que podemos ter, um governo que se podia em melhorar progressivamente.” (Nabuco,1890b:21-2).

O terceiro manifesto monarquista de Nabuco, do primeiro dia de 1891, foi escrito no auto-exílio em Londres. Era um *Agradecimento aos Pernambucanos*, que sufragaram seu nome na eleição para a Constituinte, mesmo sem que houvesse candidatura. Embora declarasse “Não pretendo escrever Lamentações nem Profecias” (Nabuco, 1891: 4), os mesmos temas tornavam em nota amarga.

As tópicas políticas eram repisadas. O anti-americanismo: “*Eu lastimo a atitude suicida da atual geração, arrastada por uma alucinação verbal, a de uma palavra - república, desacreditada perante o mundo inteiro quando acompanha o qualificativo - Sul Americana.”* (Nabuco, 1891: 4, grifos do autor). E, insistia: “*O argumento - exceção na América, é mero sentimentalismo (...). (...), a esse plágio Americano, devemos opor outro sentimentalismo natural, vivo, verdadeiro: o Brasileirismo.*” (Nabuco, 1891: 15). Nabuco, que sempre se valera de argumentos cosmopolitas contra a escravidão, se punha sob telhado nacionalista.

O americanismo aparecia como trilha para o conflito entre regiões do país, rumo ao separatismo: “*(...) a revolução de 15 de Novembro foi a revolução da Capital (...). O Norte depois de 15 de Novembro não perdeu somente a importância (...) perdeu também a proteção que a monarquia lhe havia de dar (...) Sob a república sulista, porém, o Norte não tem pra quem apelar.*”(Nabuco, 1891:11).

O anti-militarismo voltava também, mas agora associado a uma crítica da sociedade republicana: “*Refleti um momento sobre o caráter dessa república: ela resultou de um dos mais viciosos cruzamentos de que a história faça menção, o da Escravidão com o Pretorianismo.*” (Nabuco, 1891:7). Os militares são objeto negativo de Nabuco não somente por conta da condução do governo, mas também pelo estilo de vida que disseminavam.

Essa avaliação negativa da sociedade republicana é ponto comum do novo agrupamento de Nabuco, composto por filhos da elite imperial que se preparavam para assumir o comando do país quando foram tolhidos pelo golpe de 1889. Rio Branco, Eduardo Prado, Alfredo Taunay, Rodolfo Dantas, André Rebouças, todos comungavam com Nabuco a situação de perda de perspectivas. Eram homens de corte, criaturas da cultura aristocrática, apreciadores da liturgia dos salões, que, como seus sucedâneos franceses “*Foram incapazes de manter o caráter fechado de seu estamento (...)*”. (Auerbach, 2007:247). O desaparecimento do Império pôs abaixo seu mundo, foi-se a carreira política e o estilo de vida, a perspectiva de futuro e o lastro social da tradição. A amargura que essa conjunção de estragos causou nesses órfãos da sociedade de corte foi intensa.

E, tão afeitos aos modos cortesãos, ficaram verdadeiramente enojados diante da incivilidade, da falta de polidez, que os três grandes estratos sociais republicanos exibiam. Quem eram eles? Militares ocupando o grosso dos postos do estado; afluentes cafeicultores de São Paulo ganhando

expressão política compatível com sua força econômica; e os “empresários”, novos ricos da bolsa de valores, surgidos graças a um decreto, da lavra de Rui Barbosa, ministro das Finanças de Deodoro, que estimulava o empreendedorismo urbano-industrial pela disseminação irrestrita de crédito.

Para os aristocratas imperiais, era uma sociedade de parvenus. Uma gente rude, sem princípios nem nome diante do refinamento do meio em que cresceram e floresceram homens como Nabuco. Essa ojeriza exprime a fidelidade a um modo de vida, no qual o monarquismo era apenas um dos elementos. É a revolta da sociedade de Corte contra a sociedade cidadina.

O horror aos parvenus aparece nos livros de Eduardo Prado, nas cartas que trocavam Rebouças, Nabuco e Rio Branco, mas o texto mais expressivo talvez seja o romance *à clef* que Taunay, disfarçado de “Heitor Malheiros”, escreveu em 1893: *Encilhamento - Cenas Contemporâneas da Bolsa do Rio de Janeiro em 1890, 1891, 1892*⁸. Embora carente de qualidades literárias, ou talvez por isso mesmo, porque não alcance se descolar da descrição direta da matéria que narra, porque não há elaboração literária forte o bastante para criar um universo próprio, enfim, porque Taunay não é Machado de Assis, seu livro se presta tão bem como documento da percepção que um membro da corte deposta tinha da nova sociedade.

Taunay traçou uma galeria dos tipos sociais ascendentes com a República: militares e ricos com lastro, como os cafeicultores paulistas, e, mormente, ricos sem ele, caso do enorme estrato de “empresários” que surgiu no Rio de Janeiro da noite para o dia, com a bolha especulativa de 1890. Eram capitalistas sem capital, empresários sem empresas, barões de títulos forjados, advogados sem banca, militares corruptos, consumidoras frívolas, coquetes desvairadas, movendo-se como marionetes no ritmo vertiginoso das negociatas e boatos, que consolidavam e demoliam instantaneamente empresas e reputações.

Espantava os aristocratas acostumados à letargia da sociedade imperial essa intensidade com que a sociedade republicana vivia seu efêmero ápice – antes de se precipitar na crise do Encilhamento. Contudo, enquanto Nabuco e Rebouças eram quase trágicos na avaliação da nova sociedade, Taunay, como às vezes Eduardo Prado, assumia tom zombeteiro, para apontar o desleixo dos republicanos para com as maneiras aristocráticas:

“(…) a construção de palácios de péssimo gosto arquitetônico, jóias, jóias a mais não poder (...); torrava-se obrigatória certa notoriedade, já de bens, já de audácia, já de relações sociais (...).”; “muita familiaridade; os empregados a apresentarem a mão, (...), interpelando as habituées pelos nomes do tratamento íntimo e fazendo-lhes cumprimentos à queima-roupa (...).” (Taunay, 1893:189; 34).

⁸ Que saiu primeiro como folhetim seriado, na *Gazeta de Notícias* e, em seguida, como livro

Taunay reclamava tanto dos “dourados e lantejoulas, tão ao sabor dos *parvenus* e *rastaquouères!*” quanto da ingratidão dos monarquistas convertidos: “(...) *era D. Pedro II quem fazia tudo e dava, bondoso como sempre fora, reputação a esses medalhões, legítimos caramujos!*” (Taunay, 1893:168). Culminava, enfim, num julgamento moral do capitalismo, da busca de lucro, execrando o “indecorosíssimo e frenético jogo”.

O romance de Taunay é emblemático do que escreviam então os aristocratas sem corte; ao mesmo tempo descrição e sintoma da rápida mudança social dos primeiros anos da República. O desprezo dos monarquistas para com os emergentes, malnascidos, mal-educados; o paralelo entre ao brilho da corte e a falta de lustro cultural dos cidadãos, se apresenta, em diferentes modulações, nos escritos de todos os órfãos da corte.

No caso de Nabuco, é tenaz essa reclamação contra a proeminência, na vida social como na política, de novos grupos sociais, encharcados de valores e atitudes que confrontavam a tradição imperial. O agastavam sobremaneira a ascensão social dos homens da caserna e os novos ricos do Encilhamento, como o deixam saber reiterados comentários em seu diário, por exemplo:

“Cada vez me convenço mais de que a civilização do Brasil acabou com a monarquia (...) Os agentes principais do governo são os déclassés de todas as classes (...) enriqueceram também nessa chamada orgia financeira do Provisório e que tem sido não só do Provisório, mas de toda a república, na capital e nos estados. Os pais desmoralizam-se em companhia com os filhos. Não há mais respeito nas famílias (...) Tudo que é honesto, sério, normal, em outros países, está atrofiado – tudo que é instinto torpe, cobiça, podridão interior, isso sim desenvolve-se e domina a sociedade (...) uma prostituição (...). Nada resistiu, nada ficou limpo, e dessa sociedade assim mexida são as fezes só que se vêem hoje (...) a religião dos sentimentos nobres, a altivez da honra, não têm mais representantes públicos (...) consciência moral se vendeu à primeira tentação”.(Diários, 17/10/1893, grifos de Nabuco)

A citação é longa mas resume a linha da crítica de Nabuco à República, construída a partir de valores aristocráticos – a honra – para arremeter contra valores burgueses – a busca do lucro. A República é malfazeja não só como regime de governo, mas como gênero de sociedade orientado. Uma apreciação que é política, mas também moral.

Tudo isso guarnecia seus artigos para o periódico que os monarquistas, liderados por Rodolfo Dantas, formaram em abril de 1891, o *Jornal do Brasil*. E, novamente, suas louvações à princesa herdeira (*Carta a Isabel*), pelo aniversário do 13 de maio, e ao rei morto (*O Enterro do Imperador*).

Nos escritos dessa hora, Nabuco estabelecia os parâmetros de leitura tanto do novo quanto do velho regime daí por diante. Ao contrário de seu foco durante o Segundo Reinado, quando fazia, como em *O Abolicionismo*, análise estrutural, conectando sistema político e fundamentos socioeconômicos, patrimonialismo e escravidão, nos seus textos do começo da República, as

estruturas macroeconômicas compõem como fundo, cada vez mais esmaecido. O close vai para as elites social e política, o estilo de vida que ostentam, as idéias que as orientam, e as decisões que tomam. E, nessa pegada, a figura de D. Pedro ganha ares de estadista enquanto a própria liderança de Nabuco no movimento abolicionista é posta na sombra⁹.

Desses textos de Nabuco e doutros monarquistas renitentes no comecinho da República, podemos tirar duas conclusões. Eles remetem à conjuntura política, são textos de combate à República como forma de governo. E eles exprimem a experiência vivida por ex-membros da sociedade aristocrática; são reações ao estilo de vida dos estratos sociais ascendentes com a República - os “parvenus”.

2. Narrativas da República

O caminho das letras não era o único na resistência à República. Uma cepa de monarquistas optou pelas armas, em vários pequenos estopins. Não precisaram de esforço para se livrar de Deodoro, seu próprio estilo centralizador, as brigas intra-facções republicanas e os conflitos durante a Constituinte, se incumbiram de encurtar o primeiro governo da República que, nascendo de um golpe, do mesmo modo morreu. Deodoro mantivera um certo estilo Segundo Reinado de governar, com gabinete, e teve até alguma tolerância em relação à imprensa. Sob Floriano, as coisas mudaram.

A República ganhou um Marechal de Ferro, que centralizou o poder, nomeando jovens militares e positivistas para os governos de estado (Nachmann, 1977), interveio na economia, para conter a crise econômica do Encilhamento e recorreu frequentemente aos expedientes que Nabuco reputava o básico da América do Sul: empastelamento de jornais e prisão de opositores. Floriano Peixoto assumiu o governo em fins de 1891 e começou uma purificação das instituições, amparado no exército e num civismo de matiz positivista, que se valia de emblemas e palavras de ordem da Revolução Francesa: o jacobinismo. Essa combinação entre militarismo e civismo, apoio popular e mão de ferro, fez de Floriano o primeiro líder republicano com voz de comando. Reações vieram logo em 1892, com protestos de republicanos, como o de Rui Barbosa, conflitos em São Paulo e em Minas, e até a proclamação de um estado independente, a República Transatlântica, no Mato Grosso.

⁹ Ao passo que as delongas do imperador no encaminhamento da questão, que Nabuco (1885:1886) denunciara como omissão e conivência com o escravismo, se transmutavam em sabedoria de estadista: “Na questão da abolição, nem por instinto nem por impulso, por ser um Conservador e não um Criador, ele [D.Pedro] teria nunca feito o que fez sua filha; o que o impedia porém de um grande lance heróico (...) [era] a convicção de que a monarquia era necessária ao povo Brasileiro, e de que abalá-la no momento de fazer uma grande reforma equivalia a inutilizar a única força que podia obstar a reação.” (Nabuco, 1891: 17-18). sua própria insistência em apressar a abolição parecia-lhe agora excessiva: “Nossos pais sabiam criar e conservar, nós só soubemos destruir e dissolver. Acabamos com tudo, até com a memória deles”. (Carta de Joaquim Nabuco a André Rebouças, 20/10/1893 in Nabuco, 1949).

Os monarquistas incendiaram o país com uma revolta no Rio Grande do Sul, a revolução “federalista”, que estourou em fevereiro de 1893, contra o governo de Júlio de Castilhos, comandada por Silveira Martins, um dos principais líderes do movimento restaurador (ver Janotti, 1986).

Para fazer face às sublevações, o governo legalizou o estado de exceção. O manto repressor do florianismo se abriu democraticamente sobre todos os seus opositores. E encompridava-se nas ruas com os “batalhões patrióticos” de jacobinos destemidos e violentos, que perseguiram monarquistas e republicanos “dissidentes”.

Além dos canhões, porretes e baionetas, os florianistas faziam guerra também por escrito, desancando os luminares e os feitos do Império. Muitos jornalistas e escritores se esmeravam nesse serviço em que Raul Pompéia pontificava. Pompéia (24/03/1893) rejeitava os ícones do Segundo Reinado, como Camões e Pombal, enaltecendo Tiradentes e bradando pela “nacionalização do comércio” contra os negociantes portugueses.

Do lado oposto, embora a história das relações entre monarquistas de pena e monarquistas de espada esteja ainda por ser contada¹⁰, o primeiro grupo no mínimo torcia pelo sucesso do segundo. Com sua repugnância pelo belicismo, nisso ainda devedores de sua formação de corte, os monarquistas de salão viram que seu terreno de briga era a palavra. Contudo, com o aumento da repressão oficial e das milícias jacobinas à paisana, textos mais incisivos perderam espaço.

Nessa hora, Nabuco pouco escreveu, só coisas de ocasião, como o discurso para uma quermesse da Cruz Vermelha em prol dos feridos na revolta federalista, no Rio de Janeiro, em julho de 1893, em que se arriscou a comentar *A Revolução Rio-Grandense* – embora se declarasse em “retraimento político”: “(...) há três ou quatro anos que me quero habituar a acompanhar as coisas do nosso país com esse interesse especulativo com o que o historiador (...) se apaixona pelas figuras e lutas do passado”. (Nabuco, 1893:94). Apaixonava-se, porém, também pelas do presente. A simpatia cautelosa em relação à “revolução” e a antipatia declarada pela “ditadura” bordam sua descrição da “guerra civil” (Nabuco, 1893:98). Num estilo seco e prosa fluída, com poucos floreios e poucas citações (a de seu dileto Renan), Nabuco estava sombrio, em nada lembrando o conclamador de multidões dos anos 1880.

Aliás, lembrava antes os libelos do Partido Conservador, armando o dilema ordem versus liberdade¹¹, com seu temor da caudilhização do Brasil, à maneira da América Espanhola, que aparece aqui por primeira vez na prosa de Nabuco, como “América Latina” (Nabuco, 1893:96). Por isso é que a rebelião federalista merecia sua defesa, era uma forma de evitar a latino-americanização do Brasil, resguardando os valores aristocráticos que sustentaram a estabilidade da ordem imperial:

¹⁰ O único estudo sistemático, de meu conhecimento, sobre o monarquismo no começo da república é o de Janotti, 1986.

¹¹ “Suponha-se ordem afetada de um mal que só seja curável impedindo-se-a de produzir a liberdade; valerá a pena? Para mim haveria pouco interesse (...) em salvar a ordem que não pudesse a liberdade” (Nabuco, 1893:97)

“A chamada invasão rio-grandense é um desses movimentos que os povos fazem, sem uma só contingência a seu favor, para salvar o que vale mais que a vida de uma geração: fibra da honra (...) da qual (...) procede a independência, a liberdade, a altivez nacional.” (Nabuco, 1893:100).

Quanto à ordem republicana, Nabuco era comedido. É que, a guerra civil explodia também na Capital Federal, ainda em setembro de 1893, principiada por um republicano, Custódio de Melo, mas logo endossada por monarquistas da marinha. Era a Revolta da Armada.

Com duas sublevações em andamento, Floriano ganhara todos os motivos para amordaçar adversários. Quem carregava nas cores na crítica ao governo, estando no Brasil, tinha dois destinos possíveis, a prisão, onde foi parar, por exemplo, José do Patrocínio, e o exílio, recurso de Eduardo Prado, depois que seu *A Ilusão Americana* (1893), atacando a Doutrina Monroe e a transposição indevida de instituições políticas norte-americanas para o Brasil, foi apreendido pelo governo no dia seguinte ao de sua publicação (Janotti, 1986:79).

Por isso, a partir de fins de 1893, as críticas dos monarquistas à República ficaram meio esfumaçadas. Só podiam vir de fora, como *O Imperador no exílio* (1893), que Afonso Celso Junior enviou da Europa. E eram, de pronto, respondidos por republicanos, nesse caso por Felício dos Santos, com suas *Origens Republicanas: estudos de gênese política em refutação ao livro do Sr. Dr. Afonso Celso, o Imperador no exílio*, que saiu em 1894, dedicado às “vítimas sacrificadas em defesa da República na insurreição de 6 de setembro” e no qual vinham elogios dos heróis republicanos e ataques sem conta aos monarquistas e a D. Pedro II. Em meio a eles, Santos (1894:265) citava longamente as críticas de “Joaquim Nabuco, insuspeito por suas idéias anti-republicanas”.

A conjuntura imprimiu duas mudanças no debate público. Uma foi de forma: o panfletismo, marca do debate imperial da Regência ao fim do Segundo Reinado, perdeu terreno para o ensaísmo, o historicismo, o memorialismo, formas mais seguras, do ponto de vista da integridade física de seus autores, de emitir opiniões em tempos de guerra civil. A outra foi de conteúdo: o comentário do presente tinha de se fazer falando do passado ou de conjunturas análogas.

É certo que esse expediente já vinha em uso por monarquistas, que se valiam de pseudônimos, e falavam enviesadamente da conjuntura, tematizando os grandes feitos e os grandes homens da história imperial. Trilha aberta pelo Barão do Rio Branco, afinal funcionário do governo, com *As Efemérides Brasileiras*, ainda em 1891. Mas apenas a conjuntura da guerra civil deu as condições para essa opção pelo ensaio aparentemente mais distanciado do presente se generalizar.

Por isso, nessa hora, Nabuco se declarou em “retraimento político”. E calculou que melhor maneira de seguir comparando a República com o Império era compor uma história do Segundo Reinado, sob forma da biografia de seu pai. Durante os anos jacobinos, Nabuco se exilou no arquivo do pai, coligindo documentos para recuperar feitos e líderes e compor sua versão da história do Segundo Reinado. Essa operação, porém, revelou-se mais morosa que a guerra. A redação era

complexa, trabalhosa, de modo que o primeiro dos três tomos de *Um Estadista do Império*, pronto em 1894, só chegaria às livrarias em 1898.

Um Estadista demorou também porque Nabuco foi reduzindo o ritmo intenso de trabalho que mantivera nos primeiros anos do Florianismo, e foi voltando do gabinete para a rua. É que as coisas melhoravam: acabou a guerra civil, Prudente de Moraes assumiu o governo e os jornais monarquistas voltaram à ativa. Daí, em compasso com suas articulações com os monarquistas, Nabuco voltou a escrever ensaios mais colados à conjuntura dos anos de guerra civil e destinados precisamente a comentá-la.

Em abril de 1895, publicou, *Balmaceda. A Intervenção Estrangeira durante a Revolta* veio a público no começo do ano seguinte. Difícil não supor que os livros guardassem vínculos entre si e com a conjuntura. Eram meios de elocução política de Nabuco. Por meio deles, almejava demonstrar de maneira cabal as virtudes do Império e as vicissitudes da República e, *alas*, defender a superioridade do antigo regime e o retorno a ele.

2.1. A República – do Chile

Por quê então Nabuco negava esse propósito, despindo a túnica de político, que carregou pela década de 1880 inteira, para se apresentar como “historiador” (Nabuco, 1895: 4)?

Bem, é que a conjuntura mudava de novo. Prudente de Moraes fora eleito em 1894, mas a guerra civil seguia ainda no Sul e temeu-se até a posse – e Nabuco registra seguidamente em cartas e em seu diário essa desconfiança – que Floriano não deixaria o cargo. Quando o fez, os jacobinos não se conformaram. Seguiram em surtos de xenofobia e morras aos monarquistas. Assim, embora jornais restauradores tenham voltado à ativa – *O Libertador* e *O Comércio de São Paulo*, por exemplo - não parecia muito seguro escrever sobre o florianismo.

Por isso, quando convidado a escrever para o *Jornal do Comércio*, em janeiro de 1895, que Nabuco optou por dar forma oblíqua às suas opiniões de Nabuco sobre a República, via comentário do livro que Julio Bañados Espinosa escreveu no exílio em Paris, depois do suicídio de seu chefe político, José Manuel Balmaceda: *Balmaceda, su Gobierno y la Revolución de 1891*. Apesar desse enviesamento, *Balmaceda* se estrutura sobre as mesmas tópicas dos textos monarquistas do começo na República.

Nabuco se valeu da crise chilena - com analogias óbvias com a brasileira - para organizar uma análise comparada das duas conjunturas políticas. Mas procedeu àquele gênero de comparação em que os casos não são descritos em pé de igualdade. Um aparece em positivo, o outro em negativo. O foco, em princípio, é o governo de Balmaceda - um caso que Nabuco sabia de ouvir dizer, a partir de material empírico de segunda mão, produzido por um dos lados do conflito, como

admite (Nabuco, 1895: 3; 4; 8; 11). Mas o Chile iluminava a guerra civil sob Floriano, o caso que Nabuco conhecia intimamente e sobre o qual tinha muito a dizer.

A narrativa sobre as condições da crise, seu ápice e seu desfecho no Chile é pincelada de paralelos com a situação brasileira. Isto está às claras no “Post-Scriptum – A Questão da América Latina”, que não apareceu nos artigos do *Jornal do Comércio*, onde Nabuco declarava: “*Não dei todos os motivos que me sugeriram este estudo sobre Balmaceda*”. A razão oculta:

“Sempre que (...) algum partidário do regímen monárquico pretendia que entre nós a república dificilmente seria um governo responsável (...) a resposta era: ‘E o Chile?’ Não tinha o Chile a mesma antiga estabilidade (...), [a] mesma liberdade (...) [sendo] o Chile uma república (...).” Por isso “(...) o Chile (...) tiraria a prova real, a demonstração objetiva, da tese que os monarquistas sempre sustentaram contra os republicanos (...).” (Nabuco, 1895: 137).¹²

O livro visava, pois, demonstrar a superioridade da monarquia brasileira sobre a república – para os vizinhos e em casa.

O argumento se arma por paralelismos. A cadeia de eventos que levou Balmaceda ao poder é equiparável ao encadeamento que reaparecerá em *Um Estadista do Império*: os conservadores vencem revolução armada dos liberais em meados do século; tornam-se hegemônicos e dão ensejo a um período de estabilidade (Nabuco, 1895: 24ss). Adiante os dois partidos se dividem, abrindo espaço para os radicais chegarem ao governo, como chegou Dantas, com o apoio de Nabuco, mas pouco duram. Daí sobe o caudilho, brandindo reformas modernizadoras. A resistência que encontra o encaminha para a centralização e o arbítrio, no Chile, como no Brasil:

“Também entre nós, no Manifesto com que o general Deodoro da Fonseca dissolveu o Congresso em 1891, apresentavam-se, como motivos para a dissolução, além da infalível conspiração monárquica, uma série de queixas contra o Congresso, que não passam entretanto de uma crítica do modo por que ele exercitara atribuições exclusivas suas” (Nabuco, 1895: 52).

Retornam as tópicas monarquistas. Primeiro, a civilização versus a barbárie. No Brasil, como no Chile, teria havido uma era de ouro¹³, seguida pelo avanço do barbarismo. Esse reinado da ordem fora conduzido por uma “aristocracia política” no Chile, sob forma republicana. Já no Brasil, teria sido “a obra democrática e nacional da monarquia”, gerando – note-se aqui a diferença com *O Abolicionismo* – na sociedade “mais igualitária do mundo” (Nabuco, 1895: 9).

O artífice dessa estabilidade política - a segunda tópica reiterada - teria sido o poder moderador. O argumento, vezes sem conta enunciado no Império, era que, na ausência de povo apto a funcionar como opinião pública, o sistema representativo teria de se amparar no quarto poder, que

¹² E adiante: “Outra razão tive para escrever este ensaio. O interesse que antes me inspirava as coisas sul-americanas aumentou naturalmente depois da Revolução de 15 de Novembro (...) ninguém procura justificar a nossa transformação republicana por motivos tirados das condições e conveniências do nosso país, mas somente pela circunstância de estar o Brasil na América. Desse modo o observador brasileiro (...) é obrigado a estudar a marcha do Continente (...).” (Nabuco, 1895: 139).

¹³ “(...) tínhamos a mesma continuidade de ordem, de governo parlamentar, de liberdade civil, de pureza administrativa, de seriedade, decoro e dignidade oficial (...) exceções genuínas na América do Sul (...) entre ondas revoltas e ensanguentadas” (Nabuco, 1895: 8).

“representaria” virtualmente o “povo” inexistente. Com o desaparecimento da monarquia esse povo ainda não constituído se vira elevado a árbitro entre os partidos. Sem habilitação para tal, “(...) a sociedade brasileira, criada na paz e na moleza da escravidão doméstica e da liberdade monárquica (...) faria renúncia da sua liberdade (...)” (Nabuco, 1895: 138). Sucumbiria aos demagogos de ocasião. Retirada sua pedra angular, o sistema político desmoronaria, ante, de um lado, a “passividade” política da sociedade, e, doutro, “despotismo militar”. Nesse vácuo a civilização soçobraria, enquanto se firmava o caudilho, Balmaceda, no Chile, Deodoro e Floriano, no Brasil: “*É natural a hipertrofia do poder (...) onde ele não encontra nada que o possa limitar. (...) Se tivemos a liberdade na monarquia, foi só porque o poder se continha a si mesmo.*” (Nabuco, 1895: 138).

A terceira tópica é a associação dessa configuração política ao conflito pelo poder social entre a aristocracia decadente e estratos ascendentes. Estabelecidos versus newcomers. Por conta de sua própria origem, Nabuco nutria simpatias pelos que, no Chile “tem alguma coisa do espírito nacional da aristocracia inglesa” (Nabuco, 1895: 80). Já os ascendentes mereciam antipatia explícita: “Os que têm ainda um nome a criar, que nunca se sentiram pessoas coletivas, os que não têm associações históricas com o país, são os que podem tudo ousar” (Nabuco, 1895: 82). Como Taunay, Nabuco atribuía ao Encilhamento, à política econômica de seu antigo aliado Rui Barbosa, a mudança social que gerou os “parvenus”:

“Decerto, é fácil substituir artificialmente a classe diretora de um país, até mesmo a sua aristocracia territorial. Com uma grande emissão de papel-moeda, que reparta de repente a fortuna dos que acumularam com os que são incapazes de enriquecer pela atividade ou pela economia, faz-se passar hoje a grande propriedade territorial das mãos de uma categoria de indivíduos para as de outra (...).” (Nabuco, 1895: 131).

Seria uma combinação de novos ricos e populacho que teria dado sustentação a Balmaceda, no Chile, a Floriano, no Brasil, habilitando-os a constituírem “(...) um partido seu, pessoal, anônimo, composto de elementos inferiores da sociedade, dos repelidos de todos os partidos independentes.” (Nabuco, 1895: 31). E assim fortalecidos, Balmaceda, como Floriano, liderariam o “*assalto da turbamulta às posições defendidas pela antiga sociedade.*” (Nabuco, 1895: 15).

Sem enraizamento social, sem tradições a honrar, os ascendentes buscariam modelos externos. Aí Nabuco retomava uma quarta tópica, a crítica ao repertório de idéias do republicanismo: o federalismo político dos norte-americanos e o positivismo francês. Ambos orientariam um transplante de instituições artificiais, inaptas à realidade local – tema que Sérgio Buarque retomaria.

Nabuco era contra o “Monroísmo” - de que seria paladino na década seguinte -, pois:

“Em nossos países, onde a nação se mantém em minoridade permanente, as liberdades (...) vivem resguardadas apenas por alguns princípios, por algumas tradições (...). A esses países (...) onde a lei é frágil, não se adaptam instituições (...) como a norte-americana.” (Nabuco, 1895: 36-7).

Já os positivistas, com sua defesa de um executivo forte, pareciam-lhe menos ofensivos, com Floriano fora do poder. Vaticinava-lhes influência passageira:

“O Positivismo, que tanto influiu no destino do país, e que forneceu os primeiros ideais provisórios da República e o seu simbolismo nacional, mas que não se encontra na sociedade elementos permanentes a que se possa incorporar.” (Nabuco, 1895: 24).

A “América Latina” seria um complexo cultural peculiar, que precisaria buscar saída autóctone, mas dentro do esquadro do liberalismo:

“A solução do problema tem assim que ser procurada dentro mesmo de cada um dos nossos países, mas depende da formação em torno deles de uma opinião interessada em seu resgate (...). A causa é, de fato, comum. A liberdade (...).” (Nabuco, 1895: 142).

A defesa das tradições liberais contra o caudilhismo só poderia vir da Marinha, a força armada ancorada, no Brasil como no Chile, numa tradição aristocrática, que a impossibilitaria, Nabuco (1895: 59) acreditava, de servir a despotismos. Na reação a Balmaceda, como na Revolta da Armada no Brasil, a Marinha foi a ponta de lança contra o presidente. Em ambos os casos, a “reação” evoluiu para guerra civil, com os rebeldes ameaçando bombardeios, o governo oficializando estado de sítio e apelos pela intervenção estrangeira (Nabuco, 1895: 67).

Aqui a analogia se esgota. No Chile, a carestia e o recrutamento forçado teriam gerado “a impopularidade real, positiva, da Ditadura e a popularidade da Revolução” (Nabuco, 1895: 80). A revolta sitiou Balmaceda, que primeiro buscou asilo, depois se suicidou. Já Floriano seguiu popularíssimo, sustentado por uma imprensa apaixonadamente jacobina. E, com apoio interno e externo, esmagou os revoltosos. O paralelo com o Brasil só podia ser agora inverso: Saldanha da Gama, o líder da Revolta da Armada, depois de perder o primeiro round, foi para o exílio e dele voltou à revolta federalista para perder de novo, dessa vez a vida.

Esses resultados, Nabuco, em larga medida, os atribui às lideranças. E aqui volta o quinto topos, da qualidade da elite. Os líderes republicanos tenderiam a ser caudilhescos¹⁴. Diante deles, Nabuco já não nutria prevenções tão fortes contra os oligarcas:

“Socialmente, a ‘oligarquia’, que não é mantida artificialmente por privilégios e leis de exceção, mas que resulta da formação histórica do país e conserva a sua influência sob um código liberal, e em virtude dos costumes e da forma da propriedade, não é uma usurpação. Politicamente, o que se chama a ‘oligarquia’ chilena, é apenas a tradição de governo transmitida de uma a outra geração (...). Entre nós [durante o Império] a política era acessível a todos; quase sem exceção, os nossos estadistas foram homens que se fizeram por si, sem nome de família, sem fortuna (...).” (Nabuco, 1895: 127).

¹⁴ “É preciso (...) desconfiar de uma empreitada política que se diz ao mesmo tempo anti-oligárquica e salvadora do princípio da autoridade” (Nabuco, 1895: 123)

Ao contrário do que dissera em 1884, Nabuco agora só via vantagens no sistema político imperial, liberal, permeável à ascensão de self-made-men. A velha política era imperfeita, com sua base social aristocrática, selecionada pela “forma da propriedade” e portadora do “defeito do patronato”. Mas, pior seria a ascensão de um novo grupo social ao mando, desqualificado para comandar o estado:

“O método radical é mandar abrir as portas para que todos entrem, como a República fez a 15 de novembro. (...) escancarando as portas, o que se consegue é fazer entrar para o edifício renovado um pessoal inteiramente diverso (...), os que tomarão lugar, não quererão mais sair (...), em breve se tornam um partido, adquirem o tom de classe diretora, e ficam sendo, eles – os parvenus, - a oligarquia.” (Nabuco, 1895: 126;127).

Esse realismo político de que uma elite sempre há de suceder a outra era o mantra do Partido Conservador durante o Império. Nabuco o retomava, junto com o elogio de toda a fórmula política imperial: aristocracia social, liberalismo político e monarquia a vigorar diante de um povo “fraco e bom”¹⁵. Nabuco ansiava pela reinstalação desse modelo no Brasil e, mesmo, por sua exportação: “*O que a América do Sul precisa é um extenso Poder Moderador, um Poder que exerça a função arbitral entre partidos intransigentes (...).*” (Nabuco, 1895: 134-5).

Nabuco exibia mais elos em comum com a elite imperial deposta que com os seus ex-companheiros reformistas, muitos deles convertidos em jacobinos. Sua bandeira não era mais a “questão social” dos anos 1880, era a liberdade política, brandida pelos liberais políticos dos tempos de seu pai. Talvez porque tivesse se persuadido de que o reformismo exacerbado encaminhara o golpe armado e a centralização de poderes na pessoa de Floriano.

Balmaceda é livro carregado de remissões à conjuntura. Além dos paralelos explícitos, há outros apenas aludidos, porque ainda frescos na memória dos contemporâneos que viram nele uma análise enviesada da cena contemporânea. No prefácio, Nabuco primeiro negava: “*(...) não pretendi (...) expor, a pretexto e a coberto do incidente chileno, os fatos, os personagens, e as teorias da Ditadura a que estivemos sujeitos, nem confrontar as duas revoluções (...).*”. Mas, depois, admitia: “*Certamente, há grandes semelhanças (...) e neste livro se encontrarão a miúdo juízos que se aplicam perfeitamente a coisas nossas (...).*” (Nabuco, 1895: 3).

José Veríssimo, que era republicano, encontrou e não gostou. Resenhando o livro para a recém fundada *Revista Brasileira*, ainda em 1895, descreveu Balmaceda como um modernizador, que revelaria “*a intenção manifesta de reformar menos talvez a constituição escrita do Chile, (...), que a sua constituição social e sobretudo as praxes governativas do país.*” (Veríssimo, 1895:38).

Por causa desse ímpeto de alterar hierarquias sociais e instituições políticas é que Veríssimo (1895: 39), entrando de corpo inteiro na guerra simbólica, pensava ao contrário de Nabuco que “a

¹⁵ “A diferença das duas formas de governo é que uma, a república chilena, supõe o homem forte e justo, e a outra, a monarquia brasileira, fraco e bom (...).” (Nabuco, 1895: 134).

razão estava com Balmaceda”. Defendia Balmaceda para atacar D. Pedro. Seu modelo de governante era inverso ao de Nabuco, a quem acusava de descrição parcial do Segundo Reinado e de enaltecimento de um líder fraco:

“Não é, creio, a primeira vez que o Sr. Nabuco dá a liberdade brasileira como obra pessoal, se posso assim dizer, da monarquia. (...) Se foi assim, se a liberdade brasileira foi uma dádiva generosa do monarca e da monarquia e não uma conquista da nossa civilização, o elogio, lisonjeiro talvez para o homem, transforma-se em vitupério para o estadista.” (Veríssimo, 1895: 41).

A proposta de Nabuco de abandonar fontes americanas e europeias em busca de uma “solução própria” para o Brasil, pareceu a Veríssimo “platônica e conseguintemente ineficaz”. “Aqui encontro o sr. Nabuco em absoluta carência de precisão, em pleno vago.” (Veríssimo, 1895: 46). E, por fim, ironizava que Nabuco considerasse a república uma forma de governo adequada ao Chile e ao resto da América Latina e não estendesse o raciocínio para o Brasil.

O livro de Nabuco era, então, um meio de elocução política e assim foi lido no calor da hora.

2.2. Floriano e seus sequazes

Nabuco não queria que seu *Balmaceda* soasse como um “um ensaio sobre o Jacobinismo brasileiro, tão caracteristicamente diferente das outras formas de opressão e desgovernos sul-americanos (...)” (Nabuco, 1895: 3). Esse ensaio ele, contudo, escreveria imediatamente depois, nem bem assentada a poeira da guerra civil.

Da mesma maneira que *Balmaceda*, *A Intervenção Estrangeira Durante A Revolta de 1893* saiu primeiro como série de artigos no *Jornal do Comércio*, em agosto de 1895. Embora seguisse tangenciando o objetivo¹⁶, e tenha adotado o ponto de vista menos quente para tratar do conflito, a diplomacia, Nabuco agora sim falava abertamente da Revolta da Armada e do governo Floriano.

É que a conjuntura já o permitia. Floriano morrera. Com Prudente na presidência, o debate estava - em princípio -, de novo livre, com a imprensa independente a todo o vapor. Os monarquistas, daí, voltaram a por as asas de fora, na mesma batida: a censura ao militarismo, ao americanismo e ao positivismo dos republicanos.

Nabuco então viu ocasião de externar seus juízos sobre a República e a Revolta com as cores vivas e as tintas fortes que usava privadamente, em cartas e em seu diário. A paixão pela Revolta e o ódio ao jacobinismo alimentam uma verve que lembra os tempos de abolicionista e que está já na dedicatória de *A Intervenção Estrangeira* a Augusto de Castilho, o capitão do navio que deu asilo aos revoltosos da Armada.

Com mais razão Nabuco podia agora se apresentar como historiador. Não se amparava no relato de um terceiro, como em *Balmaceda*, tampouco recorria apenas ao próprio olho testemunhal;

¹⁶ “(...) não me propus a escrever a história da revolta de 6 de setembro; quis somente contribuir para ela com a apreciação de um dos principais elementos da vitória do marechal Floriano Peixoto: a intervenção estrangeira (...)” (Nabuco, 1896: 149).

valia-se de vasta documentação primária, sobretudo artigos de jornal que, ao seu costume, recortou e compilou. Mas o objetivo era o mesmo: avaliar a sociedade e a política dos republicanos da ótica da aristocracia imperial.

A narrativa minuciosa do nascimento da Revolta, em setembro de 1893, arma um antagonismo que estrutura o livro. De um lado, os rebeldes, liderados primeiro pelo contra-almirante Custódio de Melo¹⁷, depois por Saldanha da Gama. Do outro lado, o governo Floriano, a imprensa jacobina e as milícias civis. Entre os contendores, árbitros improvisados: os navios estrangeiros – da Alemanha, Inglaterra, Portugal, França, Itália, Holanda e Estados Unidos – ancorados em águas cariocas. O cenário: a baía da Guanabara, sede da rebelião e mira dos governistas. A tese: a arbitragem estrangeira teria sido desequilibrada, definindo o conflito em favor do governo¹⁸.

Para demonstrar seu ponto de vista, Nabuco retornava às suas tópicas: a qualidade das elites monárquica e republicana; o repertório de idéias republicanas; a substituição de elites - “parvenus” versus estabelecidos; o militarismo como sucedâneo do poder moderador, a instabilidade republicana versus a estabilidade imperial; o par civilização/ barbárie.

Um dos eixos do livro consiste em avaliar as lideranças monarquista e republicana. Nabuco via a guerra do ponto de vista aristocrático, regida por um código de honra, “um verdadeiro duelo de artilharia” regulado pelos navios estrangeiros, que operariam “como os padrinhos em uma pendência de honra” (Nabuco, 1896: 177). É a partir desse ethos aristocrático que os contendores são descritos.

Floriano seria homem sem altaneria, que não honrava a palavra dada, desprovido de patriotismo. Operaria por ardis, armando-se por “procedimento clandestino e furtivo”. Ser de duas faces, que da “quase subalternidade no começo da presidência”, teria se feito ditador, urdido da mesma “fibra ordinária dos antigos caudilhos do Prata” (Nabuco, 1896: 176; 254;179;197;259;260).

Eis aí o retorno do tema do caudilhismo latinoamericano e de sua base social, os parvenus. Floriano seria um subversor da hierarquia social:

“(...) como Balmaceda, dando em uma guerra civil soldos de campanha; atribuindo ao elemento militar uma partilha política injustificável: por deposição, ele fizera de majores, capitães, tenentes, governadores de dez Estados (...).” “(...) ele inverteu de alto a baixo a hierarquia dos postos, as leis da obediência (...).” (Nabuco, 1896: 259; 260).

Juízo generalizado para os líderes republicanos, que não teriam aquela qualidade de estadista que Nabuco via nos políticos imperiais. Simplesmente não estariam à altura do cargo:

¹⁷ Custódio de Mello já estava em sua segunda insubordinação. A primeira, contra Deodoro, foi narrada por ele mesmo, ainda em 1891, em *A História da Revolta de Novembro de 1891*.

¹⁸ Nabuco tenta caracterizar desde o princípio uma tendência facciosa dos navios estrangeiros, que estariam mais dispostos a apoiar o governo que a mediar o conflito: “A intervenção estrangeira foi recebida (...) no Itamarati como o naufrago recebe socorro inesperado”. “Desde esse momento, o marechal Floriano podia respirar livremente: a posse militar da cidade do Rio de Janeiro estava-lhe garantida” (Nabuco, 1896: 168;170).

“É fato singular que quase todos os principais atores da República, Deodoro, Benjamin Constant, Floriano Peixoto, tiveram que representar um papel para o qual só não estavam talhados, como também não tinham a precisa reserva e economia de forças, e que por isso os fulminou na cena. Com o 89 brasileiro repete-se a imagem girondina, o caso da Revolução Francesa de saturno devorando seus próprios filhos.” (Nabuco, 1896: 261, grifos do autor).

Não por acaso, Nabuco se valia de imagens da Revolução Francesa. Os símbolos de 1879 foram grandes emblemas de 1889. Mas Nabuco os lia em chave invertida. A revolução não começaria nova era, apenas dismantalaria a antiga. Aqui a tópica da influência francesa se agrega ao jacobinismo: *“(...) desencadeando sobre a sociedade apavorada um partido, imitação da Revolução Francesa, chamado jacobino, ele [Floriano] traz ao pensamento uma combinação de Robespierre e Francia. Não é um grande general que ele recorda, é um grande carcereiro, um grande inquisidor”* (Nabuco, 1896: 273). Paródia dos revolucionários franceses em versão latinoamericana, Floriano é o ditador¹⁹, que “procederá como um antigo terrorista e não como o Chefe de Estado” (Nabuco, 1896: 264).

“O perigo da tirania (...) foi ele quem criou. O perigo do militarismo e ao mesmo tempo o perigo do esfacelamento militar, ao qual se seguiria o esfacelamento nacional (...). Por último: o perigo revolucionário (...) jacobino, e o perigo estrangeiro, tornado palpitante pela abdicação temporária do princípio de soberania (...).” (Nabuco, 1896: 271-2, grifo do autor).

O líder da Revolta, ao contrário, surge como fidalgo, em origem e sentimentos. *“Se o cavalheirismo, na mais alta acepção da palavra (...) é a qualidade por excelência, é em Saldanha da Gama que o Brasil pode apontar nesta época o seu mais nobre tipo (...).”* (Nabuco, 1896: 275). O contra-almirante Luís Filipe Saldanha da Gama é um representante da velha sociedade que se esboroa, forjado na *“forma quebrada da antiga Marinha de Guerra: nada pode haver mais difícil do que reunir os fragmentos dispersos e fundir nela outro que seja seu igual.”* (Nabuco, 1896: 275). Floriano é um parvenu, Saldanha é um gentleman.

Homem brilhante, embalado por princípios nobiliárquicos, Saldanha está nas antípodas da outra fonte francesa dos republicanos, que Nabuco justapunha ao jacobinismo, o positivismo: *“O que o inspira, o alenta e o arrebatada, é a honra, é o nome da Marinha brasileira (...) o que repelia era, sim, a aliança do sentimento e do dever das classes armadas com o espírito jacobino de tirania e com o espírito positivista.”* (Nabuco, 1896: 274).

Aqui sim haveria uma liderança à altura da tarefa. Custódio de Mello, que iniciou a Revolta, é tratado respeitosamente por Nabuco, mas sem elogios. É afinal de contas um dos homens que fizeram a República. Com Saldanha da Gama, que aderiu ao levante em andamento e passou a liderá-lo, as coisas são diferentes. Trata-se de um homem de corte, elegante e culto, como Nabuco.

¹⁹ “A verdade é que ele exerceu o mando incontestado, absoluto, como ninguém antes dele”, “à maneira por que os tribunos governam os partidos revolucionários (...).” (Nabuco, 1896:259), com “(...) o regímen da Casa de Correção imposto a homens de caráter ilibado, ao que a sociedade do Rio de Janeiro possuía de melhor, (...) verdadeira e flagrante tirania.” (Nabuco, 1896: 251-2).

Aliás, por isso mesmo, amigo de Nabuco, desde seus tempos de Washington. É ele e não Custódio de Melo o personagem central do livro. Por quê? Custódio é um personagem de 15 de novembro, Saldanha é monarquista puro-sangue.

O paralelo entre Floriano e Saldanha da Gama serve não só para ilustrar o acanhado da elite republicana diante da elevação da monárquica, como também para estabelecer o contraponto entre civilização e barbárie. Saldanha da Gama teria atitudes nobres, jamais disposto a “um ato de selvageria”. É o bravo, que não se dobra, mas sabe recuar, quando fracassa sua tentativa de tomar a cidade por terra: “(...) *o que se vê é que é o ponto de honra militar, é a coragem de cair com a sua classe.*” (Nabuco, 1896: 267). Seu pedido de asilo teria por fito salvar seus soldados. E aí entra em cena Augusto de Castilho, único dos comandantes que permanecera na baía desde o início do conflito e a quem Nabuco dedica seu livro²⁰. O capitão português abrigou e escoltou Saldanha até Buenos Aires.

A civilidade de Saldanha e Castilho encontra seu oposto no barbarismo de Floriano, que perseguiu o adversário e incitou sua caça. No fim da guerra, a barbárie que Nabuco vê como impressão digital do governo alcançava seu zênite. Saldanha, como Floriano suspeitava, voltou do exílio para engrossar a ponta “federalista” da revolta no sul, para onde também se dirigira então Custódio de Melo. Na capital de Santa Catarina – que ganhou imediatamente o nome do vitorioso – foram dizimados os monarquistas: “*Aquele espírito de extermínio, insuflado pela imprensa, produziu entre os vencedores uma verdadeira embriaguez de sangue (...).*” (Nabuco, 1896: 240). Saldanha da Gama teve o corpo mutilado²¹.

Nabuco se horroriza diante do apoio popular ao Marechal. Em nenhum momento concebe que a República tivesse genuíno apoio de elites sociais e de estratos sociais mais baixos. Esse apoio, Nabuco só o entende como resultado da manipulação de informações pela imprensa²² e pelo uso da força. Não é inteligível para ele, afinal homem de corte, que Floriano, um sertanejo ascendido, que comia de cócoras, e não pestanejava em mandar atirar, pudesse incitar aquele mesmo calor das ruas que Nabuco encontrou na campanha abolicionista. Nabuco simplesmente não via sentido em Floriano, só conseguia explicá-lo pela loucura: “Da parte de um homem, que visivelmente estava adiando a morte no seu posto (...) não se podia esperar que o cérebro funcionasse” (Nabuco, 1896: 258).

Floriano é um sanguinário, Saldanha é todo civilidade. É membro do mundo para o qual Nabuco desejaria tornar.

²⁰ E que já agradecera seus artigos no *Jornal do Comércio*, em 25 de dezembro de 1895. Ver a íntegra da carta de Castilhos em Nabuco, 1896: 151-2.

²¹ Nabuco, contudo, não se lembrou de comparar a sanha de Floriano em alcançar Saldanha com a de D. Pedro em agarrar Lopes, nos anos 1860, mesmo depois do arrasamento do Paraguai.

²² A grande imprensa seria, aliás, outro ponto de desequilíbrio em favor do governo durante a revolta. Enquanto jornais monarquistas, como *O Comércio de São Paulo* e o *Jornal do Brasil*, em que Nabuco escrevia, foram obrigados a fechar as portas, “A imprensa governista ficou só em campo. Essa imprensa, excluídas pequenas folhas, era composta d’*O País*, do *Tempo* e do *Diário de Notícias*.” (Nabuco, 1896: 163-4).

Isso Nabuco só concede ao leitor incidentalmente. É todo ambíguo quanto ao caráter monarquista da revolta. Ora negando-o: “*a revolta não tinha caráter monárquico (...). Nem a aliança política de Saldanha, à frente da esquadra no Rio de Janeiro, com Silveira Martins, inspirador principal do movimento rio-grandense, bastava para imprimir à revolução caráter monárquico (...).*” (Nabuco, 1896: 267-8). Ora mencionando “A fé monárquica” (Nabuco, 1896: 274) de Saldanha da Gama e admitindo que “o movimento era evidentemente de caráter e forma revolucionária” e que “a simpatia dos monarquistas pela revolta foi um fato” (Nabuco, 1896: 269), nomeando mesmo a insurreição como “*a Revolta Restauradora*” (Nabuco, 1896: 265).

Por quê malogrou a Revolta, se estava de seu lado a causa da civilização? Nabuco procura explicação sem dar mérito aos republicanos.

Atribui sucessivos erros de estratégia aos rebeldes, que culminaram num *cul de sac*. O paralelo com o Chile regressa invertido: a esquadra revoltosa “*(...) tinha ainda um grande campo de ação, se o plano preferido fosse semelhante ao da revolução no Chile, se decidissem organizar, disciplinar e armar, em algum ponto do território, um exército que pudesse vir oferecer batalha ao exército legal (...).*” (Nabuco, 1896: 181). Mas optando por se auto-confinar à baía da Guanabara teria encaminhado “um suicídio militar” (Nabuco, 1896: 228)²³. Outro desacerto teria sido a divisão da esquadra rebelde, com o deslocamento de Custódio para Santa Catarina (Nabuco, 1896: 232). Nabuco adenda ainda a incompetência política da Revolta, que: “*(...) não tratou de organizar um governo regular, com divisão de poderes, separação do político e do militar, não obstante ter tido posse de dois Estados e das águas do Rio de Janeiro*” (Nabuco, 1896: 250).

Faltou um líder que unisse os monarquistas de espada com os de pena (Nabuco, 1896: 256). E mais uma vez Nabuco lamenta a ausência da Coroa que mantinha unidos os doutro modo separados: civis e militares, liberais e conservadores, políticos do norte e do sul. Faltou à Revolta a Casa de Bragança. Isabel se negara a sujar as mãos de sangue: “*Na revolta, a monarquia não aparece nem com os seus homens, nem com a sua bandeira, nem com a sua dinastia (...). A herdeira do trono mostrará durante toda a guerra civil o mais perfeito, o mais absoluto desprendimento da luta (...).*” (Nabuco, 1896: 270).

A causa decisiva da vitória republicana, porém, teria sido a intervenção estrangeira, “ato sem precedentes”, do ponto de vista do direito internacional, que vinha “desigualar, subverter as condições da luta” (Nabuco, 1896: 249). Embora a parcialidade seja atribuída a praticamente todos os representantes estrangeiros, Nabuco centra fogo nos Estados Unidos, cujos navios teriam decidido o conflito: “*Para o Governo essa intervenção economizava um exército e supria uma esquadra.*” (Nabuco, 1896: 245).²⁴

²³ Enquanto “Os revoltosos chilenos (...) bloquearam os portos do Chile (...) o chefe da revolta pensou que valia a pena entreter uma luta parcial com o outro lado da baía e as fortalezas da barra. (...) uma posição tão desvantajosa (...)” (Nabuco, 1896:226).

²⁴ E a “(...) atitude hostil dos Estados Unidos despertou na esquadra o receio de que fosse ela o começo de execução de um plano político, baseado nas informações dadas oficialmente à legação americana de que a revolta tinha por fim a restauração da monarquia” (Nabuco, 1896: 230-1).

Contudo, o próprio Nabuco admitia, *en passant*, que a ajuda norte-americana não teria sido assim tão eficaz²⁵. “Nem parece que fosse mais feliz o Governo com o pessoal chileno que contratou” (Nabuco, 1896: 234) para compor a armada oficial: “mercenários”, que eram nada menos que oficiais “balmacedistas”. Essas referências ao Chile esclarecem a escolha de Nabuco em escrever o livro anterior: a equiparação entre Balmaceda e Floriano não era simples alusão, guardava relação com o fato de que balmacedistas efetivamente apoiaram os florianistas.

A expectativa de Nabuco era que os navios na baía da Guanabara tivessem reagido a Floriano como tinha reagido a Balmaceda: “*A sua atitude só podia ser a dos representantes estrangeiros no Chile, que desde os primeiros atos de Balmaceda recusaram cooperar com uma ditadura que decretava o terror como medida de guerra e fazia justiça por suas próprias mãos*” (Nabuco, 1896: 253). Mas acabaram indo “em socorro de um despotismo sul-americano”. Daí outra condenação vigorosa de Nabuco à Doutrina Monroe: “*(...) a proteção, a intervenção, o socorro é sempre na história o modo por que primeiro se projeta sobre um Estado independente a sombra do protetorado (...)*” (Nabuco, 1896: 258).

O americanismo é, assim, um grande assunto do livro. Mas não, como nos textos anteriores, como idéia inspirando símbolos e instituições republicanas. Os Estados Unidos aparecem como potência bélica e o americanismo como apoio armado a Floriano. Essa parcialidade do juiz – não a fraqueza de um contendor e a força do outro - explicaria o desfecho. Nabuco quer negar a vitória ao jacobinismo²⁶.

Então, embora no princípio do livro Nabuco procure o lugar equidistante de historiador, essa posição cumpre um serviço: permite expressar seu ponto de vista sobre a República jacobina. Tinha o fito de dar à posteridade uma história da revolta do ponto de vista dos vencidos: “*(...) os revoltosos têm dobrado direito a que o país inteiro saiba que eles foram vencidos principalmente pela Intervenção e pelo Terror.*” (Nabuco, 1896: 262).

Mas há outro propósito para além da memória da barbárie. Os republicanos estavam escrevendo sua versão dos inícios da República, como Lauro Sodré e suas *Crenças e Opiniões*, de 1896, com imagens enaltecidas de Floriano. Os jacobinos urgiam o Marechal de Ferro. Era, disse Raul Pompéia (*O País*, 3/10/1895), o “grande iluminado” o “fundador da República – o proclamador magnânimo da Nacionalidade”. Saíam também respostas da parte de inimigos do jacobinismo de dentro os republicanos e reações monárquicas, como *Monarquia e Monarquistas*, de Tito Franco. O livro de Nabuco é parte dessa guerra simbólica. Ele se contrapunha à “legenda” republicana: “*A legenda positivista do marechal Floriano ficará sendo que ele matou no gérmen a reação monárquica e salvou a República do perigo da restauração (...)* A legenda não é só positivista, é também jacobina (...).” (Nabuco, 1896: 263).

²⁵ Navios e embarcações impróprios para a ação, torpedos que não funcionavam, equipagens desordeiras e ébrias, tudo isso, a imenso custo, é o que tinha vindo dos Estados Unidos (...).” (Nabuco, 1896: 234).

²⁶ “Não pode haver nada mais errôneo do que pretender-se que a revolta foi sufocada pelo entusiasmo republicano” (Nabuco, 1896: 255).

Morto Saldanha, Nabuco não via mais homem nenhum capaz de levar a efeito luta armada contra a República. A batalha que vislumbrou a partir do meio da década de 1890 se punha no campo da persuasão.

Balmaceda e A Intervenção Estrangeira são respostas à tradição republicana em construção, parte do projeto de contar a história da instauração da República da perspectiva dos monarquistas. Por isso Nabuco não nos dá elementos para entender Floriano - seus motivos são apenas torpes. Ao fim e ao cabo, sua intenção era menos de escrever história como historiador, era ainda a de fazer história, como ator político. Do mesmo modo que Saldanha enfrentou Floriano num duelo a baionetas, Nabuco chamava os jacobinos para o duelo de letras, o confronto das “(...) *duas opiniões, a monárquica e a republicana, encontro adiado desde 15 de Novembro (...)*.” (Nabuco, 1896b: 270).

3. Monarquismo

Afastado da política partidária desde 1889, Nabuco sentiu-se estimulado a voltar a ela quando voltaram ao poder os civis. No comecinho de 1896, se aproximou do mesmo Visconde de Ouro Preto a quem tinha fustigado na convenção do Partido Liberal, em maio de 1889. E até dos Conservadores. O fato é que todos os políticos de proa do Império que não aderiram à República não viam mais sentido em ações independentes. Estavam órfãos do monarca morto e da marinha batida. Uniram-se então para formar o Partido Monarquista. Eduardo Prado coordenava os esforços em São Paulo. De lá saiu, em 15 de novembro de 1895, o primeiro manifesto monarquista, da lavra de um notório “conservador emperrado” durante o Império: João Mendes de Almeida. Era texto católico de combate ao positivismo, como inspirador da República. Gerou várias reações republicanas antes mesmo que viesse a público, em 12 de janeiro de 1896, outro manifesto do Partido Monarquista, desta vez, dos cariocas. Chamava-se *À Nação Brasileira* e foi publicado pelo *Jornal do Comércio*. O autor? Joaquim Nabuco.

O manifesto ia na toada usual: a censura ao militarismo, ao americanismo e ao positivismo dos republicanos. E prometia retornar ao Império por meios pacíficos, pela persuasão de “todas as classes ou pessoas, sem distinção de partidos antigos e novos”.

A partidarização do monarquismo explica a resposta que Nabuco dera a um velho amigo, companheiro de campanha abolicionista, logo que findou a guerra. Artur Silveira da Mota, já engatado nas engrenagens republicanas, o exortou a colaborar com a República (Jaceguai, 1895). Nabuco respondeu em carta-aberta que se mantinha fiel à “grande era brasileira” (Nabuco, 1895b: 37), arrolando extensa lista de seus feitos: do descobrimento à preservação da unidade nacional, da estabilidade política à honradez da elite, da abolição à “igualdade civil entre as raças”, do parlamentarismo à liberdade de imprensa, do liberalismo ao catolicismo (Nabuco, 1895b: 38-9; 41-

2)²⁷. E vinha repetir o dito clássico do Partido Conservador sobre a organização política do Segundo Reinado, capaz de assegurar “as duas rodas do progresso, a ordem e a liberdade” (Nabuco,1895b: 46). A República, em contraponto, estaria fadada a reproduzir o separatismo da América Espanhola²⁸.

As tópicas de Nabuco reaparecem associadas num complexo anti-civilizatório: “o Brasil quanto mais civilizado mais tenderá para a monarquia; quanto mais bárbaro, mais se desinteressará dela” (Nabuco,1895b: 48). A oposição entre a sociedade aristocrática e os parvenus é reiterada e associada às formas de governo: “(...) *todo governo é a imagem da sociedade, sabe-se bem*”; “a República e a sociedade modificada por ela serão sempre um tipo de governo e de sociedade inferior, comparado à monarquia que tínhamos” (Nabuco, 1895b: 45;47)

A crítica às idéias republicanas volta como conjunto:

“Quer se olhe para o Escravagismo, quer para o Militarismo quer para o Positivismo, quer para o Jacobinismo, quer para o Pan-ianquismo, e aí estão os principais elementos da síntese de 15 de novembro (...) não há um só deles que pareça liberal, progressivo, largo de vistas (...)” (Nabuco,1895b: 49).

E, se em *A Intervenção Estrangeira* Nabuco privilegiou, no repertório inimigo, o americanismo, agora seu fogo se volta contra o positivismo. Reconvertido à antiga religião de estado, via no positivismo uma ameaça à tradição:

“(...) puderam alguns raros positivistas apagar da frente do Brasil o sinal do batismo, a legenda da Terra da Santa Cruz; banir dos quartéis, dos hospitais, dos navios de guerra, dos tribunais, das escolas, tudo que pudesse falar de Deus e imprimir-lhe na bandeira o dístico sacerdotal da religião do Ateísmo!” (Nabuco,1895b: 43).

Nabuco responsabilizava o positivismo pelo novo tom da sociedade e das instituições políticas – e lhe atribuía até a mudança de regime²⁹.

Nabuco reagiu à diligência positivista em produzir símbolos e heróis para o novo regime. em discurso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, quando lá ingressou em outubro de 1896. O IHGB era então uma ilha de convivência intelectual do Segundo Reinado em meio ao mar republicano. Albergava os guardiões da tradição Imperial – que também confabulavam no Partido Monarquista. Dentre seus motivos para integrar o IHGB, incluía o ímpeto de reagir à versão positivista da tradição nacional: “Uma escola religiosa – se se pode dar com propriedade o nome de religião a uma crença que suprime Deus – mais política em todo caso do que a religiosa, pretende reduzir a História nacional a três nomes: Tiradentes, José Bonifácio e Benjamin Constant.” (Nabuco, 1896b:105-6). Essa legenda republicana obliteraria a história do Segundo Reinado: “A idéia é que entre

²⁷ Para análise mais detida do debate Nabuco-Jaceguai, veja-se Alencar, 2002.

²⁸ “A federação sem uniformidade de direitos e de liberdade é praticamente um começo de separação, e separação pela barbárie” (Nabuco,1895b: 49)

²⁹ Os positivistas seriam “exemplo da irresponsabilidade nacional”: “Antes de deporem o Imperador do governo do Brasil, não depuseram o Sr. Laffitte da sucessão de Augusto Comte?” (Nabuco,1895b: 44).

Tiradentes e José Bonifácio de um lado e Benjamin Constant de outro, isto é, entre a Independência e a República, estende-se um longo deserto de quase setenta anos, a que posso dar o nome de deserto do esquecimento.” (Nabuco, 1896b:107). Nabuco queria justamente edificar essa história do Segundo Reinado e dar-lhe o sentido positivo que os republicanos lhe negavam³⁰.

Eis aí o grande tema de *Um Estadista do Império*, que já vinha escrevendo: o Segundo Reinado teria sido o tempo da tolerância, de ordem, de civilização, comandado pelo “(...) espírito de prudência e sisudez, a circunspeção, a nobreza e o patriotismo desinteressado de um período de funda cultural moral (...) tão diverso do campo da guerra civil” (Nabuco, 1896b: 108). Volta aí o topos da qualidade da elite. Os líderes do regime deposto aparecem agigantados na comparação com os chefes republicanos já devidamente desqualificados em *Balmaceda* e na *Intervenção Estrangeira*. D. Pedro seria o comandante do “apogeu” da história brasileira³¹. O estadista por excelência, movido pelo amor à pátria³².

Esse propósito de edificar uma imagem do Império e defender a tradição monárquica, “no momento em que o passado nacional corre risco de ser mutilado.” (Nabuco, 1896b: 109) ganhou outra vez uma defesa oblíqua porque outra vez os monarquistas estão sob mira jacobina.

O ano de 1896 foi um suspiro no meio da radicalização. Já em novembro, Prudente de Moraes, doente, se afastou da presidência. Com seu vice, o jacobino Manoel Vitorino, voltou o clima de intransigência, as perseguições, as tentativas de censurar a imprensa e dizimar os monarquistas. Nesse novembro, o governo federal enviava tropas contra a insurreição em Canudos, que os jornais jacobinos rotulavam de monarquista. Em princípios de 1897, a política fervia. Os jacobinos empastelaram redações de periódicos monarquistas e Gentil de Castro, diretor de *A Liberdade*, foi linchado no Rio de Janeiro.

Opositores do regime só eram livres para escrever no exílio, caso de Rui Barbosa, que criticou fortemente o marechal em suas *Cartas da Inglaterra* (1896) e do Visconde de Ouro Preto, que imediatamente fez livro para denunciar *O Assassinato do Coronel Gentil de Castro*. Eduardo Prado, então dirigindo *O Comércio de São Paulo*, por precaução cancelou as *Notas Políticas*, coluna que Nabuco mal começara a escrever, e traçou um programa de conferências celebrativas do terceiro centenário de Anchieta.

Os monarquistas lançaram coletivamente esse ícone para se somar aos símbolos e personagens alternativos ao panteão que os republicanos estavam construindo. Nabuco participou dessa contrapropaganda, com *Significação Nacional do Centenário Anchietano*, enfatizando o

³⁰“Tanto o primeiro como o segundo reinado assinalam o constante progresso material, intelectual e moral do nosso país” (Nabuco, 1896b:107).

³¹“Do Brasil português, porém, do Brasil da primitiva colonização, composto dos mesmos elementos de raça, religião, costumes, sentimentos e ideal que no tempo da Independência; desse Brasil brasileiro, tudo me faz pensar que o reinado de Pedro II marcará o apogeu.” (Nabuco, 1896b: 107)

³²“O Brasil teve para ele a força de um verdadeiro ideal de vida, isto é, a fascinação que a ciência tem para o sábio, a bandeira para o soldado, a cruz para o missionário.” (Nabuco, 1896b: 109)

catolicismo como valor fundacional da nacionalidade e cimento da unidade territorial³³. E exortava em prol da tradição católica. “(...) o que ameaça o princípio religioso no Brasil, é o indiferentismo que está em nossos espíritos; (...) o centenário de Anchieta toma o caráter de um apelo à nossa consciência religiosa; (...) aqui há de novo uma grande nação católica a criar.” (Nabuco, 1897:131). Inclusive nesse plano religioso, que se poderia supor privado e confessional, Nabuco seguia na guerra à religião civil jacobina, o positivismo, relativizando seu “sucesso”: “(...) essa pequena igreja não tem a mais remota possibilidade de fazer vingar, no Brasil, o seu apostolado matemático. (...) Não, nós, os católicos, nada temos que temer do positivismo, que já foi chamado um catolicismo sem Deus”. (Nabuco, 1897:130)

Nesses textos dos anos 1890, em resumo, Nabuco se dedicava à contraposição entre a República jacobina e o Segundo Reinado; vinha resgatar a tradição imperial e combater a ordem e os símbolos republicanos. Suas críticas à República eram de três tipos. A primeira era uma animosidade contra o *repertório de idéias* que orientava a nova ordem: o americanismo e o positivismo. O americanismo se vinculava a um modo de vida burguês, que cafeicultores de São Paulo e os novos ricos da bolsa de valores disseminavam e que, para Nabuco, se basearia na ambição, na sede de enriquecimento. Já o positivismo orientaria a desacralização do mundo público, a ratificação da ciência como princípio condutor das decisões públicas. Nabuco o associava a um terceiro estrato de ascendentes com o novo regime: os militares, a quem atribuía todos os gêneros de incivilidade. Essa *substituição de elites sociais* é então seu segundo ângulo de censura à República. A última tônica diz respeito à *forma de condução* da República pelos grupos ascendentes. Aos parvenus positivistas e jacobinos, Nabuco acoplava o formato militarista e centralista da República, reprovando sua violência, seu barbarismo, e vaticinando seu desfecho fratricida e separatista. E em tudo isso Nabuco representa fielmente o ponto de vista dos aristocratas sem corte. Rebouças, Taunay, Prado, Rio Branco haveriam de endossar cada um desses seus lamentos.

4. O legado

O ofício Nabuco na década de 1890 foi escrever. Longe de ganhar contornos de moralista ou de historiador distanciado, conforme muitas vezes os apresentou, seus textos dessa época exibem a quentura da hora e exprimem sua experiência como aristocrata e como monarquista. São comentários da conjuntura e tem o fito de nela intervir. Sobretudo os escritos de 1895 e 1896 guardam conexão direta com o ativismo de Nabuco como membro do Partido Monarquista e não podem, pois, serem lidos como obras desinteressadas.

A equidistância, Nabuco a buscará pouco adiante, quando descorçoar do monarquismo militante. Nabuco não pontificou no Partido Monarquista. Logo se subordinado pela geração mais

³³“(...) se não fosse o catolicismo, que o Brasil seria o grande bloco de continente que vai das Guianas do Amazonas às Missões do Paraná?” (Nabuco, 1897:115)

velha, de sumidades políticas dos extintos partidos conservador e liberal. Ademais, com o recrudescimento do jacobinismo, seu parceiro mais ativo nesses anos, Eduardo Prado, fugiu para a Europa, onde já estavam Rio Branco e Rodolfo Dantas. Rebouças se suicidara. Restava apenas Taunay, que logo acharia também o caminho do campo santo. Nabuco não tinha mais correligionários. A partir de então seu monarquismo decantaria para uma versão mais apaziguada. Sentimental, como ele a definiria logo depois. E que ganharia corpo em seus livros da virada do século: *Um Estadista do Império*, *Minha Formação*, *Escritos e Discursos Literários*.

Contudo, apesar de terem vindo ao público respectivamente em 1898, 1900 e 1901, e tenham sido burilados para a publicação, foram todos escritos durante os anos jacobinos. Capítulos do primeiro tomo de *Um Estadista* saíram na recém-fundada *Revista Brasileira*, em fevereiro de 1897. No ano anterior publicara em *O Comércio de São Paulo*, uma série de artigos autobiográficos nomeados *Formação Monárquica*, base para *Minha Formação*. Os artigos antes mencionados sobre a revolta federalista no Rio Grande do Sul, o discurso no IHGB, o texto sobre Anchieta e similares foram coligidos em *Escritos e Discursos*. E, embora a tônica monarquista fosse amainada quando saíram em livro, o propósito de propaganda restauracionista estava inscrito na própria intenção de escrevê-los.

Essas relações com o contexto em que foram produzidos ficaram nubladas porque os livros só alcançaram o público ex-post, quando a conjuntura que os originou tinha já se extinguido. Puderam, por isso, adquirir a feição que Nabuco quis então dar à sua propaganda: a de registro pessoal da sociedade imperial e de historiografia “imparcial” da passagem do Império para a República.

Neles comparecem, contudo, suas tópicas prediletas nos anos 1890: liberalismo e positivismo; estabilidade e decadência; ordem e anarquia; civilismo e militarismo; civilidade e incivilidade; europeísmo e americanismo; estabelecidos e parvenus; civilização e barbárie. Nesses pares antitéticos, o pólo positivo é associado à monarquia, o negativo à república. Esses contrastes armaram o tom, a versão dos fatos, o perfil dos personagens e os símbolos que queria legar como representação de sua época no futuro.

E, de fato, deram a linha mestra de análise das “interpretações do Brasil” para ao menos as duas gerações que o sucederam. Suas antinomias se cristalizaram em tópicos do “pensamento brasileiro”, como se vê em Oliveira Vianna; seus assuntos foram reprocessados, por exemplo, o repertório de idéias republicano, por Sérgio Buarque, e a substituição de elites acompanhando a mudança de regime, por Gilberto Freire. E teses suas alcançaram ressonância até muito mais tarde, como a idéia de que os militares substituíram o poder moderador como o árbitro e condutor da política partidária na Primeira República (por exemplo, Cardoso, 1977).

A interpretação de Nabuco é, portanto, muito poderosa. Cabe perguntar, ao fim e ao cabo, se seus leitores não precisariam talvez suspeitar de sua imparcialidade, como os aficionados por seu amigo Machado de Assis são compelidos a fazer com o narrador do *Dom Casmurro*.

Referências bibliográficas

- Alencar**, J. A. (2002) “Radicalismo e Desencanto”, In: **Alencar**, José Almino; **Pessoa**, Ana (Org.). *Joaquim Nabuco: o dever da política*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa.
- Alonso**, A. (2007). *Joaquim Nabuco: os salões e as ruas*. São Paulo: Companhia das letras.
- Alonso**, A. (2002). *Idéias em Movimento – A Geração de 1870 na Crise do Brasil-Império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Araújo**, Ricardo Benzaquen de. (2003), “Através do espelho: subjetividade em *Minha formação*, de Joaquim Nabuco”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol.19 no. 56. São Paulo.
- Auerbach**, E. (2007), *Ensaio de Literatura Ocidental*. São Paulo: Editora 34.
- Cardoso**, F.H. (1977). Dos Governos Militares a Prudente-Campos Sales. **Fausto**, B. (Org.). *O Brasil Republicano*. tomo III, vol 1., História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel.
- Carvalho**, J. M.(1990). *A Formação das Almas - O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Carvalho**, M. A. R. (1998), *O Quinto Século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ-UCAM.
- Pompéia**, R. (24/03/1893). Carta ao autor das ‘festas nacionais’. In **Coutinho**, A.(org.) (1982), *Raul Pompéia: escritos políticos*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.
- Pompéia**, R. (3/10/1895). Clamor maligno. *O País*. In **Coutinho**, A.(org.) (1982), *Raul Pompéia: escritos políticos*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.
- Jaceguai**, barão de (Artur Silveira Mota). 1895. O Dever do Momento. In : **Alencar**, José Almino; **Pessoa**, Ana (Org.). (2002), *Joaquim Nabuco: o dever da política*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa
- Janotti**, M. L. M.(1986). *Os Subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense.
- Nabuco**, Carolina. (org). (1949), *Cartas a Amigos*. Vol I (1864-1898), vol II (1899-1909). Obras completas, Vol XIII. São Paulo: Instituto Progresso Editorial.
- Nabuco**, J. (1886), *O Erro do Imperador*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos.
- Nabuco**, J. (1890) *Resposta às mensagens do Recife e de Nazaré*. Acervo Digital FUNDAJ.
- Nabuco**, Joaquim (1890) *Porque continuo a ser Monarquista*. Londres. Abraham Kingdon & Newnham, Impressores.(Carta ao Diário do Commercio)
- Nabuco**, J. (1891), *Agradecimentos aos Pernambucanos*. Londres: Abraham Kingdon e Newnham.
- Nabuco**, J. (1893), A Revolução Riograndense In Nabuco, Joaquim (1939), *Escritos e discursos literários*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Nabuco**, J. (1895), *Balmaceda* In (1949), *Obras Completas*, Vol. II, São Paulo: Instituto Progresso Editorial.
- Nabuco**, J. (1895b), O Dever dos Monarquistas. In: Dantas Silva, Leonardo. (1990), *Nabuco e a República*. Recife: Editora Massangana.
- Nabuco**, J. (1896), *A Intervenção Estrangeira Durante A Revolta de 1893*. In (1949), *Obras Completas*, Vol II. São Paulo: Instituto Progresso Editorial.
- Nabuco**, J. (1896b), Instituto Histórico. Discurso de recepção, na sessão de 25 de outubro de 1896. In: Nabuco, Joaquim (1939), *Escritos e discursos literários*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Nabuco**, J. (1897), Significação Nacional do Centenário Anchieta In Nabuco, Joaquim (1939), *Escritos e discursos literários*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Nabuco**, J. (1897-9). 1997 *Um Estadista do Império*. Vol. I. R.J., Topbooks

- Nabuco, J.** (1900) 1949. *Minha Formação*. Clássicos Jackson – São Paulo: W. M. Jackson Inc. Editores.
- Nabuco, J.** (1901). *Escritos e Discursos Literários*. Rio de Janeiro: Garnier.
- Nachman, R. G.** (1977) Positivism, Modernization, and Middle Class in Brazil. In: *Hispanic American Historical Review*. Vol. 57, no.1, Duke University Press.
- Nogueira, M. A.** (1984), *As Desventuras Do Liberalismo. Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Salles, R.**(2002) *Joaquim Nabuco – Um pensador do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- Santos, F.** 1894 (1962). *Origens Republicanas: estudos de gênese política em refutação ao livro do Sr. Dr. Afonso Celso, o Imperador no exílio*. São Paulo, Edaglit.
- Taunay, A.** (1893) 1971, *Encilhamento - Cenas Contemporâneas da Bolsa do Rio de Janeiro em 1890*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia.
- Veríssimo, J.** (1895). A Revolução chilena e a questão da América Latina (Joaquim Nabuco, *Balmaceda*, Rio de Janeiro, 1893.) in Veríssimo, José. 1900 (1976), **Estudos de Literatura Brasileira: 1ª Série**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.